

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



HISTÓRIA E VERDADE(S)

VOLUME 23, 2002

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A RECRISTIANIZAÇÃO DA POLÍTICA: PACTOS E TRAMAS ENTRE O ESTADO E A IGREJA NO BRASIL (1937-1945)0

Estado e Igreja no Brasil: a construção do pacto

A implantação do Estado Novo no Brasil, em 1937, é o início de uma ditadura que começou a ser tecida desde a Revolução de 1930, pela qual Getúlio Vargas assume o poder. Assim, o interregno de 1930 à 1937 vai preparando o palco para o desfecho autoritário, que dar-se-ia com o golpe de 10 de novembro de 1937. Entre os fatores que contribuíram para sucesso e legitimação do novo regime, destaca-se as relações de pacto entre o Estado e a Igreja católica, quando esta última passa a compartilhar o poder político junto ao Estado, ao que ela chama de "colaboração recíproca"⁽²⁾. A legitimação do Estado Novo dependia da solução dos problemas junto ao operariado que lutava por melhores condições de vida, e era apoiado pelas "esquerdas",

* Departamento de Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal Rural de Pernambuco e PPG-História da Universidade Federal de Pernambuco (Brasil).

0) Conferência realizada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 15-02-2002, durante a realização de estágio Pós-doutoral (2001-2002) sob a orientação do Prof. Dr. Luís Reis Torgal. Este texto é uma versão modificada de parte do meu trabalho *A construção da verdade autoritária, (1937-1945)*, São Paulo, USP/Humanistas, 2001.

⁽²⁾ Esta é uma expressão que emerge de toda a produção do discurso da Igreja católica, após 1934.

nomeadamente os comunistas e os anarquistas. Em novembro de 1935 os comunistas pegam nas armas, com a chamada "intentiona comunista", onde cidades brasileiras como Recife e Natal, no Nordeste, e Rio de Janeiro, no Sudeste, vão às ruas num momento de intensa história cruenta do Brasil, em contraponto a uma história oficial que ajuda a construir a imagem de um Brasil incruento em sua trajetória histórica, explicado pelo mito do homem cordial e pacífico.

O Estado tinha para si a incumbência de resolver o problema do operariado, o qual torna-se a "menina dos olhos" de Getúlio Vargas. Os comunistas são eleitos como o inimigo objetivo do Estado, usando uma expressão de H. Arendt⁽³⁾, e para destruir este inimigo, a Igreja oferecia ao Estado o seu discurso catequético, o qual apontava os comunistas como inimigos da religião, da família e da pátria. Estava montado o tripé - Deus, Pátria e Família - que daria o fio condutor à produção de discursos⁽⁴⁾ da Igreja, utilizado não somente nos anos 30 e 40, como também, na segunda ditadura brasileira, em 1964.

O apoio do discurso profético da Igreja, somado à criação de uma polícia política, a Delegacia de Ordem Política e Social-DOPS⁽⁵⁾, atuando como o braço longo do Estado, cerceando e construindo um ambiente onde a suspeição e a denúncia inferem medo na população, vão se constituir em pontos de sustentação do regime estadonovista no Brasil.

Ação e Piedade: a religião sai das sacristias e dos conventos

Para se estudar as relações entre o Estado e Igreja no Brasil, no Estado Novo, torna-se necessário uma digressão no tempo, uma volta nos anos 20, para entendermos a magnitude do pacto efetuado entre os dois poderes, o temporal e o sagrado.

(3) H. Arendt, *As Origens do Totalitarismo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

(4) Eni Orlandi, *As formas do Discurso*, SP, Pontes, 1999.

(5) **Acerca da DOPS no Brasil, temos trabalhado a atuação e construção da imagem do indivíduo sob suspeita no Brasil, por esta Delegacia, coordenando desde 1998 a pesquisa DOPS: Imagens Censuradas 1930-1985, que tem o apoio da FACEPE/CNPq. Já concluímos o período de 1933-1945, entramos agora na segunda fase 1945-1985.**

Os anos 20 no Brasil representam a possibilidade da Igreja recuperar o seu raio de influencia junto ao poder político, perdido com a laicização do Estado, que emerge com a Constituição republicana, no fim do século XIX⁽⁶⁾. Recém-egresso da Europa, o cardeal D. Sebastião Leme, vai desempenhar o papel de articulador desta aproximação entre o Estado e a Igreja. D. Leme pensava em algo bem concreto, que se materializava através da formação de um grupo coeso, uma elite que fosse os "olhos" e os "ouvidos" da Igreja. Esta possibilidade apresentou-se na década de 20, através da conversão de Jackson de Figueiredo que empreendeu uma verdadeira revitalização do catolicismo no Brasil, através da formação de um grupo de intelectuais fiéis aos preceitos romanos, e que se tornariam, nos anos 30, fiéis escudeiros na luta contra o Estado laico⁽⁷⁾.

A estratégia usada para a recristianização do Brasil por Jackson de Figueiredo, tinha sua base na criação de pólos de disseminação do catolicismo por toda a nação. Nesta linha, em 1922, foi criado o *Centro D. Vital* no Rio de Janeiro, que se espalha por todo o Brasil. Fundou-se a revista *A Ordem*, tendo início assim o processo de recatolização do Estado, através do doutrinamento da elite laica católica.

Sob a égide de um catolicismo conservador, apresentado como barreira às doutrinas "exóticas", estrangeiras, Jackson de Figueiredo doutrinou essa elite, com o objetivo de organizar uma verdadeira Cruzada Santa contra o laicismo. Contava com o total apoio do Cardeal D. Sebastião Leme - maior mentor deste trabalho catequético - que vislumbra no jovem a possibilidade de vir a ser seu veículo junto à sociedade civil, cooptando um segmento social, que aceitasse se colocar sob a fidelidade e obediência aos dogmas romanos. A estratégia de D. Sebastião Leme consistia na ingerência deste laicato católico junto ao palco do poder político, com o objetivo claro de ter acesso aos cargos políticos decisórios. Esses intelectuais católicos deveriam fazer frente às teorias liberais e anti-clericais abrindo espaço para a

⁽⁶⁾ Oscar Mendes, "O Liberalismo no Brasil sob o ponto de vista católico", *A Ordem*, 1932, pp. 31-45.

⁽⁷⁾ Acerca de Jackson de Figueiredo, ver Francisco Iglésia, *História e Ideologia*, São Paulo, Perspectiva, 1981; a Revista *A Ordem*, dedicou todo o número de novembro de 1938 ao décimo aniversário da morte de Jackson de Figueiredo -1928-1938, pp. 409-545.

retomada do poder perdido desde a proclamação da República, em 1889.

Entender o papel do laicato católico no contexto em questão, não só a nível regional, nacional como a nível internacional, é apreender a instrumentalidade do mesmo, como único veículo percebido naquela conjuntura, pela Igreja para resgatar o seu poder político junto ao Estado. Recatolizar as mentes, e interferir no palco político decisório das nações fazia com que o laicato se tornasse um objetivo a ser atingido pelo Papa Pio XI, não só na Encíclica *Ubi Arcano Dei*, em 1922, criando a Ação Católica, mas em todas as outras Encíclicas subsequentes, onde o discurso do Pontífice sustentava-se na relevância do papel desses leigos, junto aos vários segmentos sociais, fiéis à doutrina de Roma⁽⁸⁾.

Esta estratégia permitiu à Instituição salvaguardar seu espaço político, num momento em que a Igreja Católica na Europa e na América passava por perda gradativa de hegemonia desde os primeiros anos do século: Revolução Russa, Revolução Mexicana, Guerra Civil Espanhola. Ao mesmo tempo levava-a a articular uma ação que alijasse dos cargos públicos os indivíduos apontados como ateus bolchevistas e os católicos neutros. Diante de tais fatos, a América tornou-se alvo das atenções de Roma, na perspectiva de barrar os focos comunistas. Um fator preponderante que evidencia esta preocupação de Pio XI com o catolicismo nas Américas, residia na preeminência dada à ida de seminaristas da América Latina para estudarem no Colégio Pio Latino em Roma, que preparava os novos sacerdotes segundo os moldes da Ação Católica⁽⁹⁾.

Havia uma crítica acerca da atitude passiva dos fiéis e da maior parte do clero no Brasil, os quais eram acusados de nestes 40 anos de

(8) A literatura produzida na época acerca da importância do laicato no soerguimento e irradiação da fé católica é exaustiva. As Encíclicas de Pio XI, especialmente a *Ubi arcano Dei* (1922) e a *Quadragesimo Anno* (1931) trazem como tema prioritário a cooptação de uma elite laica em todos os países católicos, com a função de infiltrar esta elite junto ao Poder político.

(9) Ver Pio XII, Encíclica "*Divini redemptoris*", Rio de Janeiro, Editora A.B.C. Limitada, 1937. Esta Encíclica, conhecida como "*Sobre o Comunismo Ateu*", evidencia a preocupação de Roma com o catolicismo nas Américas; ver também o discurso da Revista *Maria*; Sobre o Papa Pio XI ver Edvard Kirby, *Pio XI o Apóstolo da Paz*, São Paulo, Ed. Panamericana, 1945.

laicismo darem preeminência à prática piedosa, em detrimento de um posicionamento de ação política. Afirmava-se que o catolicismo estava-se mantendo, até então, pelas orações piedosas de algumas santas e boas freirinhas. Todavia, a nova ordem determinava que a "religião deveria sair das sacristias e dos conventos"⁽¹⁰⁾. Evidencia-se para a Igreja o seu momento de ação, instigando-se os fiéis a apoiarem a criação de jornais e revistas religiosas, com a distinção de que essa imprensa, antes de mais nada, deveria tratar das questões sociais e políticas.

Ressaltava-se que não se estava tratando de estudos religiosos, mas de jornais e revistas, vibrantes e inseridos no contexto político: "*a boa imprensa*". Esta expressão era utilizada para separar a "*boa*" da "*má* imprensa". A importância dada à instrumentalidade da imprensa, levou Roma a realizar uma grande exposição com os jornais e revistas católicos que circulavam no mundo. O Brasil vai ser destaque com um expressivo número de periódicos. Justificava-se o largo alcance da imprensa, fazendo correlações entre as restritas pregações do clero e a veiculação diária dos periódicos: "o padre estaria adstricto ao templo. O jornal, penetra em toda parte, em todas as casas, em todas as aldeias, em todas as salas, a centenas de milhares de homens"⁽¹¹⁾.

Nesta linha, Jonathas Serrano, intelectual católico, afirmava na revista *A Ordem*, que se o apóstolo São Paulo vivesse naqueles dias, certamente teria a profissão de jornalista, ou faria da imprensa o seu veículo de catequese⁽¹²⁾.

As figuras bíblicas de *Marta* e *Maria* foram recuperadas pela imprensa numa clara opção pelo dinamismo e pela ação de *Marta*, em detrimento do ideal contemplativo de *Maria*, mesmo que o comportamento desta última fosse apontado nos evangelhos como ideal. Assim, vários artigos passaram a ser escritos no sentido de reificar o papel de *Marta*, contextualizando a mesma naquele momento da Igreja. Nilo Pereira, intelectual à serviço do Estado Novo, congregado mariano, um dos líderes do laicato católico como Alceu Amoroso

⁽¹⁰⁾ *Folha da Manhã, Recife, vespertino, 27.10.1938, p. 2.*

⁽ⁿ⁾ *A Gazeta, Recife, vespertino, 27.10.1938, p. 2.*

⁽¹²⁾ Jonathas Serrano, "Pensamento e Ação", *A Ordem*, março 1931, p. 137.

Lima entre outros, doutrinava pela imprensa, utilizando o simbolismo de Marta, acerca do novo momento de ação religiosa: "Martha de Bethania que tantas vezes hospedou a Jesus quando de sua peregrinação redentora, foi aquela que servindo, reinou"⁽¹³⁾.

A Igreja dirimia qualquer dúvida acerca da nova interpretação que deveria ser dada ao ensinamento bíblico esclarecendo que naquele contexto não deveria ser esquecida a ordem da Providência, que seria a segunda parte do programa traçado por Deus para os homens: agir. Este ordenamento confluía para os interesses do Estado e da Igreja. O primeiro necessitava daquele discurso catequético, enquanto o segundo tentava recuperar o poder perdido. Estavam abertos os canais para o pacto realizado, entre ambas as instituições, em 1937, no Brasil⁽¹⁴⁾, onde o discurso da Igreja enfatizava a reciprocidade entre as duas esferas de poder: temporal e religiosa⁽¹⁵⁾.

Por esta razão a Instituição justificava a necessidade de ter intelectuais ligados ao clero, esclarecendo a impenetrabilidade de certos ambientes ao ministério do sacerdote. Isto se evidencia na posição da Igreja Católica no Brasil no momento da eclosão da Revolução de 30, que foi de apoio ao lado dos revolucionários, apontando que a nova ordem se apresentava como uma revolução que repelia o comunismo, e que se prezava por se apresentar com um "carácter puro e são de religiosidade"⁽¹⁶⁾.

⁽¹³⁾ Nilo Pereira, "Martha de Bethania", *A Tribuna, Recife*, 27.11.1930, p. 2; ver também "Reflexões Sobre o Preconceito de Martha", *A Tribuna, Recife*, 02.04.1936; na Carta Pastoral de D. Mario Villas-Boas, *Da Ação Católica [1938]*, ele se refere também à relevância do trabalho de Marta, em detrimento da contemplação de Maria. Trabalhando com a temática do sentido dos nomes de Marta e Maria atribuído às mulheres na colonização portuguesa e na inglesa nas Américas, ver o trabalho de Vianna Moog, *Bandeirantes e Pioneiros*, São Paulo, Nova Fronteira, 1978.

⁽¹⁴⁾ Jonathas Serrano, "Pensamento e acção", *A Ordem*, março 1931, p. 137.

⁽¹⁵⁾ Sobre a temática ver o nosso trabalho "Poder Político e Poder Religioso no Brasil, anos 30", in A. Catani (org.), *América Latina, desafios e perspectivas*, SP, USP/PROLAM/SOLAR, 1996.

⁽¹⁶⁾ Pe. Campos Goés, "O Ensino Religioso", *A Tribuna*, 18.12.1930, p. 1.

1930: a Guerra Santa contra o laicismo

A imprensa religiosa passou a apontar o movimento revolucionário como uma verdadeira cruzada e uma Guerra Santa contra o laicismo. Os jornais passaram a trazer na primeira página, manchetes enaltecidas à figura revolucionária de Juarez Távora, corroboradas com apoios e adesão da Igreja:

"Telo Brasil; por Juarez e seus irmãos de Cruzada; por quantos nessa causa pelejaram e sofreram e tomaram para sempre e no anonymato e sem glória; por quantos ainda agora pelejam e sofrem e morrem, sorrindo e cantando, neste benedicto manhecer da Ressurreição: Brasileiros, sentido!"⁽¹⁷⁾.

D. Miguel Valverde, Arcebispo de Olinda e Recife, em *Carta Pastoral*, dirigiu-se à população e ao clero local, concitando-os à obediência ao poder político que se instalava, trazendo à tona, o princípio de obediência às autoridades constituídas, como sendo um preceito sagrado, ressaltando que o indivíduo que resistisse à aceitação do novo poder que se instaurava, estaria resistindo à ordenação de Deus⁽¹⁸⁾. Evidencia-se aí a importância do poder simbólico, aqui representado pela Igreja, atuando para a manutenção do poder político⁽¹⁹⁾.

Após 1930, o discurso da Igreja não era mais de obediência por princípio transcendental como se expressava até então, mas de uma opção consciente pela nova ordem. A contradição evidenciava-se, quando, na mesma página em que se veiculava na íntegra a *Carta Pastoral* de D. Miguel Valverde, concitando a sociedade civil à obediência irrestrita às novas autoridades políticas revolucionárias, publicava-se com destaque um artigo do Padre Luiz Góes, "Salvemos o Brasil", no

⁽¹⁷⁾ Cónego Xavier Pedroza, "Tara a Frente! Vae Brilhar a Hora da Justiça", *A Tribuna*, 30.10.1930, p. 1.

⁽¹⁸⁾ D. Miguel Valverde, "Carta Pastoral endereçada ao Rvmo. Clero Secular e Regular e aos Fiéis da Archidiocese de Olinda e Recife, Recife, 8 de dezembro de 1930", *A Tribuna*, 9.10.1930, p. 1.

⁽¹⁹⁾ Lembramos aqui as análises de Pierre Bourdieu, sobre a instrumentalidade do discurso religioso em momentos de crise política. Pierre Bourdieu, *A Economia das Trocas Simbólicas*, São Paulo, Perspectiva, 1987, pp. 73-74.

qual o sacerdote conclamava o clero a conduzir a sociedade, com o objetivo de compreender que a revolução era "um direito inalienável, conferido por Deus ao povo, que tem o poder de arrancar o mandato dos que pelo despotismo, fraude e traição, degradaram o regime político" (20).

O laicismo republicano passou a ser apresentado como: despótico, fraudulento e traidor. A Igreja conferia apoio à nova ordem, ao reivindicar participação junto à nova ordem instaurada, apesar de o seu discurso se revestir de uma pseudo-aparência de neutralidade frente ao poder instituído. Todavia, este ocultamento mascarava a prática que se efetuava com uma inserção direta junto aos revolucionários. Em várias cidades do interior do país, os religiosos foram cooptados para prefeitos, assumindo a Igreja Católica a liderança política do município. Justificava-se, que se tratava de um dever patriótico que nenhum eclesiástico deveria recusar(21).

O discurso da Igreja retoma nos anos 30 o conceito de modernidade em defesa da reintegração da Igreja no cenário político nacional. A imprensa religiosa debatia-se pela idéia de que, para um país ser moderno e uma grande nação, não haveria a necessidade de se expulsar Deus dos seus códigos(22).

Nesta linha, Nilo Pereira, fazendo apologia ao novo momento político que se instaurava com a revolução de 1930, afirmava que aquele movimento trazia em seu bojo, a maior verdade contemporânea que consistia na volta do Brasil às suas raízes católicas. Retomando o conceito de "moderno" colocava-o como consequência das utopias, devaneios e miragens das ideologias da época contemporânea. Ressaltava porém que as mesmas eram inadmissíveis numa nação "predestinada" ao catolicismo. Via nesta ruptura com o liberalismo laico, a implantação do espiritualismo católico, cujo ressurgimento determinaria a morte dos "falsos profetas" visionários(23). Nilo Pereira era enfático, analisando o retorno da sociedade às raízes cató-

(20) Pe. Luiz Campos Goes, "Salvemos o Brasil", *A Tribuna*, 9.10.1930, p. 1.

(21) *A Tribuna*, 9.10.1930, p. 4.

(22) Nilo Pereira, "Esthética de uma campanha", *A Tribuna*, 2.10.1930, p. 2, *vide também A Gazeta, Recife*, 08.03.1936, p. 1.

(23) Nilo Pereira, "Esthética de uma Campanha", *A Tribuna*, 02.10.1930, p. 2.

licas, como produto de um determinismo histórico, do qual não se teria como fugir. Conclui o artigo, "tranquilizando" a comunidade dos não católicos, "os outros"⁽²⁴⁾, ao afirmar não ser pretensão da Igreja fazer nenhuma espécie de "acordo" entre os católicos. O comportamento reivindicatório da Igreja nos anos posteriores, especialmente após os ganhos na Constituição de 1934, desmentem aquela afirmação: para a Instituição, somente no catolicismo havia verdade e fé, às outras crenças era reservado o lugar de heresias, mentiras, e o pior dos crimes: a pecha de ligação com os bolchevistas⁽²⁵⁾.

Em dezembro de 1937, logo após a instauração do Estado Novo, a Igreja radicalizava, aconselhando e convocando os católicos a assumirem uma posição política, e ressaltando que seria um mal incalculável permanecer um católico indiferente à vida política de sua pátria⁽²⁶⁾. Os jornais e as revistas católicas reproduziam, sistematicamente, a pressão da Instituição para instaurar o ensino sob a égide do primado espiritual. A discussão perpassava sempre pela crítica ao liberalismo que levava ao laicismo tornando-se gerador do comunismo. Nesta visão, o bolchevismo russo era apontado como conseqüência fatal do liberalismo da revolução francesa.

E quando emerge uma linguagem e uma ação de extrema excludência no discurso religioso, reificando o conceito de Cruzadas. Fazia-se analogia do Brasil com o México, a Espanha e a Rússia "sovietizada". Daí os apelos conclamativos à sociedade para que a mesma se empenhasse numa luta contra os "falsos profetas," que estariam querendo tornar o Brasil "sovietizado." Conclamam-se os católicos a entregarem suas vidas, lutarem, uma vez que o inimigo já havia sido identificado. Atrelado à sua imagem "amedrontadora" previa-se um futuro "desgraçado" e "infeliz" para o Brasil: "pela vastidão do nosso território, pelo problema económico que nos amedronta, um Brasil sovietizado será mil vezes mais desgraçado do que a própria infeliz Rússia"⁽²⁷⁾.

⁽²⁴⁾ T. Todorov, *Nós e os Outros*, SP, Difel, 1993.

⁽²⁵⁾ Após a vitória da bancada católica na Constituinte de 1934, a Igreja torna-se mais agressiva, incidindo suas críticas contra todos os outros credos religiosos, e, encontrando traços bolchevistas em todos eles.

⁽²⁶⁾ Perilo Gomes, "O Mal Maior", *A Tribuna*, 09.12.1937, p. 1.

⁽²⁷⁾ *A Gazeta*, Recife, 03.01.1938, p. 2.

Construía-se um imaginário de terror, onde os crentes viam no paradigma da Igreja a ordem e a paz⁽²⁸⁾.

A idéia de Cruzada persistia como uma forma de ação da Igreja Católica para recristianizar não somente o Brasil, mas o mundo. Nos momentos de desequilíbrio, de perda de poder político, o espírito cruzadista emerge sob novas roupagens. Assim aconteceu em pleno século XX, quando a Igreja se organizou para lutar contra o liberalismo, o comunismo e o judaísmo: eleitos como pertencentes ao corpo de heresias do século XX. Essas nossas reflexões remetem-nos à análise de Elias Canetti, em sua obra *Massa e Poder*, que ressalta o fato de a Igreja Católica nos momentos de crise usar sua própria massa [o clero], que "convertidos em agitadores, cruzam o país, instigando as pessoas [a massa aberta] a uma atividade que em condições normais prefere evitar". O medo de concitar esta massa aberta, levou sempre a Igreja a impor limites, através de uma hierarquia entre a Instituição e seus fiéis, presente em vários rituais: seja, nas procissões, em que esta hierarquia é bem delimitada, seja nos recintos fechados dos cultos. Para Canetti, a Igreja só sai de sua "elegante reserva", quanto à utilização da massa aberta em momentos muito especiais. Conclui, afirmando que "o exemplo mais grandioso de uma deliberação de massas realizada pela Igreja são as cruzadas"⁽²⁹⁾. Neste ideário cruzadista, nos anos 30, duas frentes de ação se destacam no Brasil, corroborando a união entre o Estado e a Igreja: a Ação Católica e a Liga Eleitoral Católica - LEC.

Ação Católica, sátrapas fiéis à Igreja

Através da Encíclica *Ubi Arcano Dei*, a Ação Católica, passou a ser revitalizada no mundo inteiro. Trabalhando em conjunto com o clero, desempenhou um papel importantíssimo para a recuperação do

⁽²⁸⁾ **Trabalhamos imaginário social na linha de Bronislaw Bazcko, que aponta para a relevância da construção de imaginários sociais que vão atingir os anseios e os medos das sociedades, B. Bazcko, "Imaginação Social", in *Enciclopedia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, vol. 5,1985.**

⁽²⁹⁾ **Elias Canetti, *Massa e Poder*, Brasilia, UNB, São Paulo, Melhoramentos, 1983, pp. 173-174.**

espaço junto ao poder político. A percepção de Pio XI da instrumentalidade do uso de urna elite, doutrinando-a na obediência fiel aos canones da Igreja Romana e inferindo-a nos postos-chaves da política nacional, garantiria à Igreja não somente resgatar o poder político, mas também a sua própria linha de continuidade. A Carta do Episcopado Brasileiro, de 9 de junho de 1935, instituiu oficialmente a Ação Católica, espalhada em grupos por todo o país. O texto do documento é sucinto: dois parágrafos acerca dos objetivos do novo veículo catequético da Igreja, ressaltando os desejos paternos e os elevados propósitos de Pio XI em organizar a Ação Católica em todo o mundo, para a salvação das almas e da Pátria⁽³⁰⁾. A grande preocupação foi ressaltar que a Ação Católica estaria sempre subordinada à hierarquia da Igreja. O laicato cooptava os componentes para as fileiras da associação, todavia, caberia à Igreja supervisioná-la: "Agir-se-á assim do centro para a periferia. Agrupam-se os átomos para as moléculas, as moléculas para os corpos"⁽³¹⁾.

A revista *Ação Católica*, porta-voz da Ação Católica Brasileira, assumiu a divulgação do movimento fazendo intercâmbio a nível nacional e internacional. Utilizando-se de múltiplos subterfúgios, como por exemplo: trazer uma seção de análise de livros e filmes que poderiam ou não ser lidos ou vistos pelos fiéis; apontava também a clientela que deveria ser cooptada para servir naquele apostolado, justificando que nem todos os fiéis poderiam prestar esta colaboração. Afirmava que só uma elite, a qual estaria sempre em minoria, poderia fazer oposição ao mal. Apontava-se então esta elite sã que deveria ter como meta: "levantar-se e transformar as massas amorfas". A seu ver,

⁽³⁰⁾ *A Gazeta, Recife, 17.08.1935, p. 4.*

⁽³¹⁾ *A Gazeta, Recife, 10.12.1936. Sobre a Ação Católica, ver as Cartas Pastorais: Quaresma de 1936. D. Miguel Valverde, Arcebispo de Olinda e Recife; D. Mario Villas Boas, Bispo de Garanhuns, em sua primeira Carta Pastoral [1938] dedica a mesma à questão da formação de núcleos de Ação Católica em todo o país. Na oração fúnebre a Pio XI, D. Mario ressalta toda a sua prédica sobre o papel do Pontífice na organização mundial da Ação Católica; D. Sebastião Leme em todas as suas Cartas Pastorais do período em estudo, traz sempre à tona a importância da Ação Católica para a "regeneração do Brasil"; D. Gastão, Bispo de São Carlos, em Carta Pastoral [19.01.1939], elabora a tese de Ação Católica versus Cruzadas.*

guiar e supervisionar essas massas evitaria a infiltração do bolchevismo. A massa não era confiável⁽³²⁾.

Compreendemos a formação e a atuação do tipo de trabalho que a Igreja pretendia realizar com os grupos da Ação Católica, à luz das reflexões elaboradas por Elias Canetti, ao analisar as relações entre massa, poder e catolicismo. Para Canetti, o catolicismo desenvolveu uma obsessiva desconfiança em relação à massa, por sua "imprevisibilidade e os estalos súbitos". Esta possibilidade de explosão da massa teria feito com que a Igreja impusesse uma hierarquia eclesial, mantendo uma fronteira bem delimitada entre ela e os fiéis. Para Canetti, a massa aberta, livre, sempre representou o "principal inimigo da Instituição, e fez com que ela se opusesse a esta massa de todas as maneiras possíveis"⁽³³⁾. Nesta linha de raciocínio, compreende-se a relevância dada às várias encíclicas, livros e cursos, destinados a explicitar a função da Ação Católica, o papel dos intelectuais leigos e essencialmente, a função da Igreja enquanto elemento preeminente na direção dos grupos. Por isto, os grupos de Ação Católica estavam subordinados diretamente às paróquias, ficando sujeitos ao olhar vigilante e solícito do vigário. Assim, a Igreja vislumbrava a instrumentalidade da Ação Católica afirmando que esta era o feixe de uma vara representada pela unidade da paróquia. A Ação Católica deveria ser um movimento coletivo, representando ações oficiais do corpo místico. Dirimindo dúvidas, a Igreja explicava que a Ação Católica era um "Instituto oficial da Igreja com definição teológica e Estatuto Jurídico"⁽³⁴⁾.

A Ação Católica utilizou-se do laicato como verdadeiros sátrapas, atuando como os olhos e ouvidos da Igreja. Esta deveria então desenvolver sua missão salvífica junto as mentes dessa elite jovem.

A revista *Para o Alto*, porta-voz das lideranças católicas - Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Estudantil Católica (JEC) - expressava em seu discurso este ideário elitista da Ação Católica. Seus artigos sobre a Juventude Operária Católica construíam sempre a imagem do trabalhador sob a égide da elite que formava as fileiras da Ação Católica: religioso, conformado, ordeiro, pacífico.

(32) *Ação Católica*, julho 1940, p. 293.

(33) Elias Canetti, *Massa e Poder*, ob. cit., pp. 170-171.

(34) D. Mario Villas-Boas, *Da Ação Católica*, - Carta Pastoral 1938, ob. cit.

Essa elitização da liderança na Ação Católica, proposta por Pio XI é sempre justificada pelo clero e por intelectuais católicos. Alceu Amoroso Lima foi neste contexto, um dos defensores da idéia de se efetivar a relação cultural das elites eliminando os incapazes: "dia a dia se mostram as massas mais incapazes de trazer ao mundo a paz e a prosperidade. O século XIX foi o século da alfabetização das massas. O século XX será o da seleção cultural das elites" (35).

O Padre Hélder Câmara, ao criticar em 1933 a pedagogia liberal de Anísio Teixeira, advertia para a relevância de se formar uma elite política católica, através da educação, justificando que "querer que todos se orientem e se dirijam a si mesmos é esperar que todos sejam elite, todos inteligentes, honestos, vontadosos e sadios" (Para ele este era) "um desejo muito nobre, mas irrealizável" (36).

Podemos considerar que o ideário em voga além de nacionalista era também elitista, visto que buscava, com base nos paradigmas políticos autoritários cooptar os guias intelectuais para as "massas amorfas"(37). Este grupo destinado a liderar as massas era apresentado pelo Padre Helder Câmara como sendo uma elite "vocacionada", na qual figuravam apenas "os inteligentes, vontadosos, honestos", em flagrante contraste com a massa que era apontada como criança grande, necessitada de ser guiada, irresponsável, carente daqueles atributos encontrados no "outro" estigmatizado.

Neste ideário de formar líderes aristocráticos, a "seleção das inteligências", a elite aristocrática para Alceu Amoroso Lima, devia ser trazida do ostracismo, a que foi reduzida pela democracia, caracterizada por aquele intelectual católico como "a grande onda demagógica, que o século XIX levantou" (38).

Após o golpe comunista de 1935, a Igreja intensificou sua campanha anti-comunista, tentando persuadir a sociedade de que os comunistas estavam dominando os cargos públicos e especialmente, os da área da educação, transformando o país em uma nova Rússia.

(35) Alceu Amoroso Lima, "Um Pórtico de Universidade", *A Ordem*, janeiro 1938, p. 66.

(36) Pe. Helder Câmara, "Educação Progressiva", *A Ordem*, julho 1933, p. 545.

(37) *Idem*.

(38) Alceu Amoroso Lima, "Num Pórtico de Universidade", *ob. cit.*, p. 69.

Seis meses após o levantamento comunista, as notícias veiculadas pela imprensa nacional sobre a Guerra Civil Espanhola (1936/1939), corroboravam este discurso, alimentando o imaginário⁽³⁹⁾ político dos anos trinta. A imprensa católica veiculava textos virulentos sobre os revolucionários, reproduzindo fotos de igrejas espanholas invadidas, com seus utensílios sagrados, "profanados pelos ateus comunistas" ⁽⁴⁰⁾.

A tentativa dos comunistas de tomarem o poder, inspirou a Igreja, no ano seguinte, a empreender uma campanha fundamentada na imposição de um dos mais marcantes símbolos do catolicismo: a exposição pública do crucifixo em todas as escolas, salvaguardando o imaginário das tradições do catolicismo.

A Igreja apregoava sob esta ótica, em manchetes bombásticas, que as normalistas de Pernambuco exigiam a recristianização da escola⁽⁴¹⁾. Na petição das futuras mestras e estas se auto-intitulam mulheres defensoras da Educação e da Pátria, identificamos a mesma linguagem da Cruzada de Educadoras Católicas contra o comunismo, em que as normalistas afirmam que a defesa do património moral do estado é tarefa das educadoras escolares. Repetindo o discurso veiculado pela imprensa religiosa acerca dos supostos estupros infringidos às mulheres, leigas e religiosas, pelos comunistas no México, as normalistas se posicionavam como defensoras da honra da mulher brasileira, apontada como o "penhor sagrado da inviolabilidade dos nossos lares". Concluem a petição referindo-se ao movimento de novembro de 1935, como uma grande ameaça, similar àquela representada pela invasão holandesa de 1580. Recuperando a epopeia desempenhada pelas mulheres pernambucanas em Tejucupapo, frente

(39) Lembramos aqui o trabalho de Raoul Girardet que chama atenção para esta relevância do uso dos elementos religiosos pelos regimes políticos, para construir seus imaginários. Raoul Girardet, *Mitos e Mitologias Políticas*, SP, Companhia das Letras, 1989.

⁽⁴⁰⁾ Merece destaque a Revista *Maria*, de publicação mensal, porta-voz da Congregação Mariana de Pernambuco; ver também Maria Luiza Tucci Carneiro, "La Guerra Civil Española Através de Las Revistas Ilustradas Brasileñas: imagens y simbolismo", *Estudios Inter disciplinar es de America Latina y el Caribe*, (2), vol. 2, julio/diciembre 1991, pp. 59-50.

(41) "As Normalistas de Pernambuco Querem a Recristianização das Escolas", *A Tribuna*, Recife, 21.05.1936, pp. 1 e 3.

ao invasor infiel, o holandês, comparam-no aos comunistas, que também colocavam em perigo a pátria e a família:

"considerando que os inimigos da pátria e da família, infiltrando-se pelas camadas sociais, derramaram o sangue dos nossos irmãos e ameaçam ainda os fundamentos da soberania nacional, os corações das jovens pernambucanas palpitam sob o mesmo ritmo que activou as heroínas de Tejucupapo contra o invasor sanguinário"(42).

Em ofício datado de 20 de maio de 1936, a Igreja justificava ao Estado, a importância de afixar o crucifixo nas escolas, ressaltando numa linguagem carregada de simbolismos, que o crucifixo representava a fé e a redenção do Brasil⁽⁴³⁾. Louvava também a atitude de manifestação de civismo das estudantes, apontada como um contraste na conjuntura por que passava Pernambuco: "quando a horda nefasta de mercenários vis se levanta cheia de ódios propagando idéas que corrompem os costumes, extinguem os dogmas christãos [...] destroem a família e aviltam a pátria" (44).

A revista *Fronteiras*, de ideário nacionalista e fascista, divulga uma lei salazarista deste mesmo ano, que obrigava o uso do crucifixo em todas as escolas portuguesas. O jornal *A Gazeta*, chegou a elogiar a atitude do governo português que estava cuidando de proporcionar um plano de educação, em que não houvesse uma brecha favorável à infiltração das teorias "anárquicas", que estivesse expurgado da obra tida como infernal e criminosa dos agentes da Terceira Internacional e, finalmente, que contasse com uma propaganda nacionalista e ordeira, oposta à preparada pelo "bureau da propaganda comunista, montado em repartições especiais da Rússia" (45).

(42) *Maria*, Recife, junho 1936, pp. 146-147. Em um outro texto, trabalhamos o discurso da imprensa brasileira acerca da guerra civil mexicana, construindo no imaginário social a imagem do comunista como assassino, violador, cruel, enfim o protótipo do inimigo das nações. M. das Graças Ataíde Almeida, "México em Sangue: a construção da imagem do comunista pela Igreja", *Dialogos Latinoamericanos*, Aaur, Universidad de Aaur, n-2, 2000.

(43) *A Tribuna*, Recife, 21.05.1936, p. 1.

(44) *Maria*, Recife, junho 1936, p. 146.

(45) "Salazar e a Educação Primária", *Revista Fronteiras*, Recife, abril/maio 1938, p. 15; "O Crucifixo - Symbolo da Fé Christã - purificando e

A Igreja investe neste flanco aberto, ressaltando a importância de serem colocados crucifixos nas salas de reuniões dos sindicatos. Interessante observar que neste período tem início o culto à foto de Getúlio Vargas, entronizada por obrigatoriedade em todas as repartições públicas. Para corroborar sua sugestão, a Igreja veiculava em um periódico um artigo intitulado "A feliz ideia de um operário", com a proposta de um operário de serem colocados crucifixos nas salas do sindicato. O discurso da Igreja apontava que aquele era um espaço privilegiado, onde as questões operárias eram resolvidas, e que isto seria realizado com todo o critério e a justiça, à luz dos ensinamentos da Igreja, apontada como a única detentora dos verdadeiros conceitos sobre a personalidade humana⁽⁴⁶⁾.

O discurso da Igreja concentrava-se na ideia da corrupção dos costumes, na destruição da Família e da Pátria pelos comunistas, identificados como mercenários vis. O lema era salvar o Brasil da avalanche bolchevista. Utilizando-se uma retórica que infundia o medo na população, os deputados católicos profetizavam a capitulação do Brasil pelos comunistas, apontados como veiculadores de misérias e insanidades.

Não bastava ter o catolicismo na sociedade, era mister uma preeminência maior, que se apresentava na atitude de "catolicizar de verdade" os estabelecimentos de educação. A pedagogia catequética vislumbrava as escolas e cursos superiores como verdadeiros centros de formação espiritual, em vez de meras "máquinas de fabricar estudantes mal preparados para resistir à propaganda insidiosa dos professores ateus e comunistas confessos ou embuçados"⁽⁴⁷⁾.

Esse receio para com o futuro das gerações foi bem expresso por Oscar Mendes, representante do laicato católico nacional, que ao analisar a Universidade de Coimbra e o Seminário de Olinda, criado pelo bispo Azeredo Coutinho, no início do século XIX, justifica que

espiritualizando as escolas", *A Gazeta*, Recife, 08.03.1936, p. 1. Ver também Maria de Lourdes Quinóte e José Rebelo, "Portugal: 50 años de devastación educativa", *Fascismo y Educación, Cuadernos de Pedagogia*, Barcelona, Publicaciones Mundial, septiembre 1976, p. 57.

⁽⁴⁶⁾ Irineu Cavalcanti, "Feliz Idéia de Um Operário", *A Tribuna*, 26.03.1939, p. 1.

⁽⁴⁷⁾ *A Tribuna*, Recife, 16.01.1935, p. 1.

aquele religioso, por ter sido educado naquela universidade portuguesa, não percebeu que trazia para o Brasil, padres e professores imbuídos de "ideias libertárias e doutrinas falseadas". Segundo Mendes, esses mestres, teriam transformado a maior casa de Educação do Brasil em um "viveiro onde, se alimentaram e criaram forças de difusão as idéas liberais". Interessante a figura de linguagem utilizada: faz-se uma analogia entre o viveiro, local de procriação e crescimento, e os locais destinados à educação. Neste sentido, Mendes ressaltava que a Escola dos Jesuítas, que deveria ter sido "sementeira" de padres obedientes, virtuosos e instruídos, transformou-se em local de irradiação do liberalismo revolucionário⁽⁴⁸⁾. Fazia-se necessário, portanto, não repetir mais esses erros, e isto só seria possível, com a preeminência não só sobre as escolas, mas, também sobre os temas de ensino, legislação e consciências dos que as elaboram.

Diante de toda esta demanda da Igreja, a implantação do Estado Novo no Brasil foi considerado pela Igreja, como o momento propício para barganhar junto ao poder político, o espaço almejado desde 1930. Enquanto instituição secular, ela oferecia um paradigma catequético que respondia ao momento de crise em que o Estado autoritário buscava legitimidade. Os cânones de obediência, autoridade, fidelidade e ordem, representavam alguns dos cânones presentes no paradigma político nacionalista do Estado Novo.

Associada ao modelo catequético, a Igreja tinha a seu lado este laicato fiel, representante da elite dominante do Estado, verdadeiros intelectuais orgânicos, que elaboravam e sistematizavam as visões de mundo a serem interiorizadas na sociedade civil. Assim, a própria Igreja declarava que a organização do laicato trazia para o seio de Roma, neste século, "uma força nova e terrível", que mais uma vez a tornaria invencível. A partir de então, uma verdadeira cruzada contra o lacismo seria empreendida no Brasil. Concretizava-se com a instauração do Estado Novo, o antigo ideal empreendido por D. Sebastião Leme desde sua Carta Pastoral de 1916: a colaboração recíproca através da aliança entre o espiritual e o temporal⁽⁴⁹⁾.

⁽⁴⁸⁾ Oscar Mendes, "O Liberalismo no Brasil sob o Ponto de Vista Católico", *A Ordem*, 1932, p. 36.

⁽⁴⁹⁾ *A Ordem*, maio 1938 pp. 483.

Esta nova configuração do poder da Igreja junto à esfera do político no Brasil, ficou evidenciada no domínio dos cargos públicos por intelectuais católicos, identificados pela classificação de bons católicos referência marcante e sempre presente na correspondência particular de interventores com o Presidente Getúlio Vargas⁽⁵⁰⁾. Na indicação dos nomes a serem cooptados para os postos políticos do Estado, ser "católico praticante" e viver dentro da liturgia do catolicismo, exigia-se como pré-requisito para a ocupação de um cargo público. Estes critérios garantiam ao Estado um corpo de funcionários "fiéis e obedientes" à filosofia católica, onde a ordem, a hierarquia e a disciplina eram conceitos prioritários.

Alceu Amoroso Lima foi mais além, ao afirmar que o grande trabalho da Igreja, residia em operar a passagem de católico praticante para militante. Para ele, onde houvesse um católico militante, haveria a possibilidade de barrar a ação anticatólica, que mesmo subterrânea, era sempre perigosa⁽⁵¹⁾. Esse mesmo pré-requisito usado no Brasil, o de ser católico praticante para compor as fileiras da elite governante, foi também utilizado, no mesmo período pela Espanha franquista⁽⁵²⁾.

Nos primeiros meses, após o golpe de 10 de novembro, as relações entre a Igreja e o Estado, eram ainda vulneráveis. José Campello, jornalista, católico praticante, redator-chefe do jornal *A Gazeta*, foi criticado violentamente pelo jornal *A Tribuna*, por haver escrito um artigo louvando o Presidente Getúlio Vargas, que pretendia desenvolver uma educação religiosa moral e cívica, orientada por uma doutrina oficial. Mesmo se tratando de um representante do laicado, a Igreja reagiu a essa proposta. A seu ver, a interferência do Estado na educação religiosa poderia levar à criação de uma religião direcionada pelo Estado. Isto era perigoso aos olhos da Igreja, que temia a reificação do Estado e o atrofiamiento da Igreja:

"quanto a nós, católicos, só temos motivos de combater uma semelhante pretensão do Estado, querendo impor uma educação religiosa, orientada por uma doutrina oficial [...] ou o Estado quereria com isso criar uma escola confessional própria, o que resultaria forçosa-

⁽⁵⁰⁾ Arquivo Agamenón Magalhães, *Pasta AMG 38.12.12/2 CPDOC/FGV*.

⁽⁵¹⁾ *A Tribuna*, Recife, 12.12.1938, p. 1.

⁽⁵²⁾ "A Escola, a Igreja e o Estado", *A Tribuna*, Recife, 27.01.1938, p. 1.

mente, no estabelecimento de uma confissão estatal, levando á religião do Estado, á sua auto divinização"⁽⁵³⁾.

No entanto, os tempos eram outros: não estava em questão a luta pelo resgate da religião oficial de Estado, e sim compartilhar do poder político e exercer o monopólio sobre a educação. Em vários momentos, a Igreja procurou deixar evidentes os limites das fronteiras do poder do Estado e a necessidade do mesmo de dividir este poder com a Igreja, uma vez que esta simbiose levaria ao fortalecimento do Estado, uma vez que o inimigo a ser debelado era um inimigo em comum. A Igreja era enfática, esclarecendo ao Estado todas as vantagens de um acordo entre os dois poderes, uma vez que a Igreja: "se coordena com ele (o Estado), e mais concorre para a sua conservação, deverá (o Estado) ser o primeiro a reconhecer também na Igreja a sua missão educativa" ⁽⁵⁴⁾.

O Arcebispo, poder religioso máximo nas cidades brasileiras, deu o ultimato ao Estado, apontando as vantagens de um acordo com o poder religioso: este contribuiria para a preservação do novo regime, mas, em contrapartida, aquele lhe devia o reconhecimento da missão educadora da Igreja junto à sociedade civil. A instituição não temia mais este tipo de confronto, visto já ter a sua posição firmada através dos seus fiéis escudeiros, o laicato fiel. Percebe-se no discurso religioso que havia um certo receio de apoiar um regime que tinha como esteio o culto ao salvador político, conforme os moldes fascistas. Daí, a Igreja não hesitar em afirmar que temia pela "auto-divinização do Estado"⁽⁵⁵⁾.

A Igreja acreditava que, monopolizando a educação, erradicaria o "germen" comunista, expurgando os professores que estavam degradando o alto e nobre ofício de ensinar e conduzir a juventude. Estas idéias firmaram-se como um compromisso da Igreja frente ao Estado. Através de sua pedagogia catequética, ela extirparia o "germen dissolvente", mantendo uma atitude de vigilância e profilaxia, barrando a

⁽⁵³⁾ *Idem.*

⁽⁵⁴⁾ *Idem.*

⁽⁵⁵⁾ **Sobre o mito do herói, ver Thomas Carlyle, *Los Héroes*, Barcelona, Editorial Iberia S.A., 1985; Ernst Cassirer, *El Mito del Estado*, Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1992.**

"inoculação" das doutrinas exóticas. Ao seu ver o domínio da educação deveria pertencer-lhe, porque através dele a instituição perpetuaria sua filosofia e seu poder garantindo o futuro das novas gerações.

Interessante observar que o Estado era tratado, simbolicamente, como um corpo doente, infectado. O comunismo e o liberalismo eram apresentados como um mal a ser extirpado⁽⁵⁶⁾. A nação estava doente, assim como a escola primária estava poluída de docentes infectados pelas ideias bolchevistas: "o expurgo deve abranger o ensino primário e certamente com maior severidade que nas escolas secundárias e superiores. A escola primária está poluída por muitos professores e professoras infectados pela demagogia comunista"⁽⁵⁷⁾.

A Igreja apontava, convicta, as manifestações da doença: "membros gangrenados". A educação era portanto a única possibilidade de profilaxia. Daí a solução apresentada ser expressa numa linguagem violenta e excludente: "a ablação desses membros gangrenados, deveria ser feito com cirurgia urgente e sem a contemporização dos anestésicos"⁽⁵⁸⁾.

O Estado aceitou o pacto. As vozes dos poderes temporal e espiritual eram uníssonas contra os bolchevistas. Erradicar esses "infectados, gangrenados", do corpo sadio da sociedade civil, era portanto alvo do Estado Novo, enquanto monopolizar a educação era explicitado pela Igreja como possibilidade dela dominar o mundo de amanhã⁽⁵⁹⁾. Seu discurso apoiava-se sempre no ideal de formar gerações fiéis ao catolicismo que garantissem a preeminência da filosofia Católica Romana na futura elite dominante, geração esta que não permitiria dominassem o país tipos como o "judeu Calles" apontado como trucidador de cristãos no México. A imprensa religiosa e laica, afirmava que a escola mexicana era "visceralmente atêa e bolche-

(56) Tese esta defendida por alguns historiadores brasileiros, entre outros, Alcir Lenharo, *A Sacralização da Política*, Campinas, Edit. UNICAMP, 1986.

(57) "Medida Incompleta", *A Gazeta*, Recife, 18.10.1937, p. 1.

(58) "Medida Incompleta", *A Gazeta*, Recife, 18.10.1937, p. 1.

(59) Sobre a temática ver *Cartas Pastorais e Encíclicas do período em estudo*.

vista"⁽⁶⁰⁾. O inimigo comum era o comunismo e, para combatê-lo, Igreja e Estado se uniram em torno de um projeto comum.

Se em 1930 a Igreja Católica em Pernambuco vislumbrava na revolução o "renascer benedito da Ressurreição", em 1937, o círculo se completava ao compartilhar o poder com o Estado. Neste mesmo ano, Felisberto Pereira, Desembargador do Tribunal de Apelação de Pernambuco, sintetizava as relações Igreja/Estado, ao observar que o governo estadonovista era um realizador consciente das aspirações da Igreja. Alegava que só uma "mentalidade obtusa, ou um sectarismo obsidente" poderia negar esta realidade⁽⁶¹⁾.

O laicato católico: fiéis escudeiros na cruzada contra o laicismo

O pacto entre Igreja e Estado concretizou-se sob a forma de uma nova "ordem simbólica"⁽⁶²⁾, cristã, que tinha como objetivo legitimar o novo regime junto às massas. Esta teoria fica clara na relevância que é dada ao papel da liturgia na Igreja Católica no período em questão. Sua importância na vida do laicado católico, ligado à elite política dominante do Estado, instituía-se não só na obrigatoriedade da frequência à missa e à eucaristia, como também na pregação constante e persuasiva de que o centro das associações católicas girava em torno da mesa da comunhão. Para aquela instituição, todas as questões fossem elas políticas ou sindicais, seriam resolvidas na mesa eucarística, em que não havia divisão de classes. Esta mesa reunia e dissolvia os conflitos que pudessem existir entre o milionário e o miserável, o cientista e o ignorante. A eucaristia imputava-se o sacramento do trabalho, da igualdade, do amor. Através dela o mundo seria perfeito e a justiça realizada. As revoltas se extinguiriam e ninguém mais morreria de fome. A Igreja trabalhava de forma maniqueísta o oposto dessa relação, apontando para o "plano" comunista, que consistia em acirrar o ódio entre patrões e empregados, incentivando a luta de classes, para "o aniquilamento da Pátria, vendendo-a

⁽⁶⁰⁾ *Maria, Recife, agosto/setembro 1936, pp. 213-214.*

⁽⁶¹⁾ *Felisberto Pereira Santos, Anues do III Congresso Eucharístico Nacional Recife, Imprensa oficial, 1940, p. 194.*

⁽⁶²⁾ *Pierre Bourdieu, O Poder Simbólico, SP, Difel, 1989.*

ao capitalismo judaico da Rússia"⁽⁶³⁾. Assim, ela acenava com o consenso social via ordem simbólica⁽⁶⁴⁾.

Ao corroborar esta seleção eugênica das "elites", a Igreja sustentava explicitamente suas ideias: tornava-se necessário o resgate da cultura aristocrática, perdida com a "famigerada" Revolução Francesa e sua "absurda teoria da igualdade". Apregoava-se que as tradições e as heranças não se destroem por decretos e que classes desfavorecidas existiriam sempre numa democracia⁽⁶⁵⁾.

Desta forma, Estado e Igreja pactuam do mesmo ideário acerca dos problemas sociais, tendo como alvo um inimigo comum: o socialismo que vinha da Europa, e que propunha demandas sociais para a classe trabalhadora. Acreditava-se que através de uma educação dualista seria possível direcionar o "olhar" da grande massa populacional, para imagens e conceitos do Estado autoritário⁽⁶⁶⁾. Laura Lacombe, pedagoga católica, que representava o Brasil em encontros de pedagogia no exterior nas décadas de 30 e 40, sintetizou muito bem este ideário elitista, ao questionar: "para que fim ensinar a ler ao nosso jéca? com o fim eleitoral? ou para ler romances em série do gênero literário que se encontram às portas dos engraxates"⁽⁶⁷⁾.

A Igreja alegava também acerca dos perigos do ensino para todos: "de desvalorizar o ensino, arruinar as finanças, prejudicar os pobres que necessitam do trabalho dos filhos, comprometer até a necessária reforma econômico-social, que é mais uma questão de justiça e caridade na repartição dos bens materiais, do que uma exigência de difusão igualitária do ensino, criando um proletariado de intelectuais sem trabalho"⁽⁶⁸⁾.

(63) "O Comunismo Quer", *A Tribuna*, Recife, 29.04.1937, p. 1 e *Annaes do III Congresso Eucharistico Nacional*, ob. cit., p. 186.

(64) *Annaes do III Congresso Eucharistico Nacional Recife*, ob. cit., pp. 186-84. *A Gazeta*, Recife, 17.08.1935, p. 4.

(65) Américo Jacobina Lacombe, "A Mentalidade Religiosa do Império Brasileiro", *A Ordem*, setembro 1939, p. 283.

(66) Sobre este ideário ver Manoel Luambo, "Em Que Consiste a Escola Unica", *A Ordem*, agosto 1933, pp. 212-225.

(67) Laura Jacobina Lacombe, "Alfabetização ou Escola do Trabalho", *A Ordem*, março 1932.

(68) Leonardo Van Acker, "Educação Nacional e Ação Católica", *A Ordem*, janeiro 1934, p. 22.

A recomendação da Igreja recaía sobre a necessidade de se ter um ensino apropriado que, em lugar de aristocratizar a massa, favoreceria o operariado através de uma educação profissional. Questionava-se a expectativa do operário preocupado apenas em saber se está diariamente com o almoço garantido, e observava-se que não se poderia ser "doutor ou bacharel, sem clientes e sem dinheiro". Defendia-se a idéia de que se a educação no Brasil seguisse o caminho do liberalismo, teríamos no futuro a "mexicanização do ensino brasileiro"⁽⁶⁹⁾.

A visão aristocrática da sociedade, a Igreja retoma e associa o conceito antigo de tradição, como sendo um antídoto para a ideologia comunista. Afirmava que quando a tradição de uma pessoa ou de um povo é destruída, tem-se o "cáos social e humano, o vazio moral"⁽⁷⁰⁾. Este discurso encontra-se permeado pela noção da desordem em contraponto à tradição, apontada como o seu inimigo capital, o demônio social e doméstico para os comunistas. Daí estes a combaterem, infiltrando a desordem⁽⁷¹⁾. Sob este ponto de vista, para a Igreja, portanto, qualquer resquício de tradição que sobrevivesse, representaria a negação do bolchevismo. Dever-se-ia admitir que a salvação do Brasil estava contida na volta à tradição: "não tenhamos vergonha de ser acimados de reacionários" ⁽⁷²⁾.

Este discurso colaborava para a construção de um imaginário coletivo, em que o comunista se identificava com o demônio, símbolo do mal. Por esta razão a Igreja se imputava a missão de salvar e regenerar a política no Brasil. As doutrinas exóticas, só seriam erradicadas pela função salvadora desempenhada pela pedagogia catequética, apontada como ordeira e nacional. Este discurso trazia na sua essência um determinismo político, segundo o qual todo e qualquer meio de erradicar os "focos" bolchevistas era apresentado como ineficiente e

⁽⁶⁹⁾ *Idem*.

⁽⁷⁰⁾ *A Gazeta, Recife, 25.12.1937, p. 5; sobre o conceito de tradição ver Eric Hobsbawm e Terence Ranger (org.), A Invenção das Tradições, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.*

⁽⁷¹⁾ *Trabalhamos os conceitos de ordem e desordem, na linha teórica desenvolvida por George Balandier, O Poder em Cena, Brasília, Editora da UNB, 1987; ver também do mesmo autor A Desordem, RJ, Bertrand, 1998.*

⁽⁷²⁾ *Oscar Mendes, "O liberalismo no Brasil sob o ponto de vista católico", A Ordem, 1937, pp. 32-115; A Tribuna, Recife, 15.12.1937, p. 1.*

falaz. Nesta ótica, preconizava-se que quem fugisse de Roma seria devorado por Moscovo.

A percepção do momento de crise que o Estado atravessava, foi apreendida pela Igreja, que investiu neste flanco aberto, utilizando-se de numa retórica maniqueísta que afirmava a impossibilidade de a autoridade civil se manter sem o apoio da autoridade espiritual. A leitura que a mesma fazia desta crise residia no comportamento moral e ético de nação contaminada pelo laicismo da República Velha: estávamos diante de uma crise moral. Seu discurso perpassava pela reintegração do Brasil nos caminhos da tradição, da fé e consequentemente na moral e na ordem. Percebemos aqui a relevância do discurso profético em períodos de crise da sociedade, uma vez que este enfraquecimento confere à Igreja a possibilidade de oferecer a instrumentalidade que possui nos seus sistemas simbólicos, redirecionando os princípios que devem plasmar as visões de mundo apontadas pela elite dominante⁽⁷³⁾.

O discurso profético da Igreja no Brasil, no Estado Novo, investindo nesta visão de crise, apresentava solução em direção à formação de uma elite fiel, envolvida nos cargos políticos, comprometida todavia com a erradiação do catolicismo e com a aversão total a qualquer outro credo religioso. Junto à cooptação dessa elite jovem, o paradigma catequético trouxe entre seus cânones, os elementos necessários ao controle sobre este laicato: ordem, fidelidade, autoridade e tradição.

O Estado endossou naquele momento este conceito de tradição, desde que não estivesse ligada à política. O modelo político estadonovista, deveria ser novo, oposto a tudo o que já se havia feito no Brasil. Tudo deveria ser criação, pois o que foi até então era velho, sem valor transformador, obsoleto. O Estado Novo propunha-se regenerar e criar um novo Brasil, um novo Homem⁽⁷⁴⁾.

No discurso católico, só a tradição com seus ideais poderia resgatar e reproduzir valores significativos como a obediência, a fidelidade e a autoridade. Valores estes também caros ao discurso estado-

(73) P. Bourdieu, *A Economia das Trocas Simbólicas*, ob. cit.

(74) Angela Gomes, "A Construção do Homem Novo: o trabalhador brasileiro", in Lucia Lippe Oliveira et al, *Estado Novo - Ideologia e Poder*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

novista. Sob todos os aspectos pairava no ar o receio de que essa elite pudesse ser seduzida pelas ideias "modernas". Sob esta ótica, a Igreja afirmava que se a tradição fosse suplantada pela filosofia errônea e sedutora, os intelectuais ficariam à mercê do primeiro vento de doutrina moderna. Salvaguardar o ideário dessa elite jovem era empreendimento necessário aos interesses da Igreja e do Estado.

Para garantir a propaganda da larga e harmoniosa filosofia tomista, a Igreja articulou-se estrategicamente fazendo uso da imprensa e das associações como a Ação Católica, a Liga Eleitoral Católica (LEC) e os centros D. Vital e Círculos Católicos. Empreendia-se uma verdadeira "cruzada" no sentido de recuperar seu raio de influência. Esse movimento aponta para os "inimigos reais" da Igreja, os quais deveriam ser extirpados da nação: os educadores liberais, ou seja, os chamados pioneiros - por terem escrito o Manifesto de 1932 - ou escolanovistas, por aderirem ao Movimento da Escola Nova, os protestantes, os maçons e os judeus. Todos com a pecha de comunistas⁽⁷⁵⁾.

Alceu Amoroso Lima, sintetiza bem o caráter de "cruzada" dessas associações católicas ao detectar, na formação de chefes e na organização de movimento, os "contra-venenos" com que a Igreja poderia contar para o ataque - laicato jovem, fiel escudeiro, na luta contra o laicismo:

"somos nesta hora, armados cavaleiros da mais sublime das Cruzadas. Vamos servir, no mundo. Os processos da Ação Catholica são os únicos capazes de opor aos processos mais modernos do espírito do mal. Pois a Ação Catholica não é uma simples mobilização de leigos, como forças auxiliares do clero - mais uma arrancada cristã contra os novos bárbaros"⁽⁷⁶⁾.

⁽⁷⁵⁾ Jaume Carbonell y Sebarroja analisando este mesmo período em Espanha, denuncia que "cualquier interpretación filosófica que se apartara de la escolásticas más tradicional", são consideradas pela administração educativa "ideas disolventes y antipatrióticas", in Jaume Carbonell I Sebarroja, "Cuatro décadas de educación franquista: marco legal y política educativa", in *Fascismo y Educación, ob. cit.*, p. 24.

⁽⁷⁶⁾ Alceu Amoroso Lima, "Meditações sobre o espírito aristocrático", *A Ordem*, maio 1939, p. 32.

Na cooptação dessa mocidade inquieta e ruidosa, residia a possibilidade de assegurar uma barreira contra a "sedução" das novidades, uma vez que se vislumbravam nesses jovens de amanhã forças públicas, de construção ou destruição. A ideia de cooptação desta juventude, era defendida no Centro Católico de Salvador, no discurso do Padre Camilo Torrend que defendia a idéia de que através da convocação de jovens inteligentes, poderia reintegra-se a ordem entre nós: "como já o conseguiram fazer moços da velha Europa cathólica" (77).

Se a América do Norte representava a influência da ideologia liberal que desencadeava a desordem, a velha Europa católica apontava para a reintegração da ordem, através da ideologia nacionalista e autoritária dos emergentes regimes nazi-fascistas. Diariamente a imprensa fazia apologia da Itália, de Portugal, da Espanha, e da Alemanha, como países que haviam conseguido vencer o caos através de governos fortes e autoritários.

Este discurso messiânico da Igreja, manipulava de forma maniqueísta o conceito de bem e mal, voltado para a ordem *versus* desordem⁷⁸). Ideologia má, diabólica, resumia-se a qualquer ideário que estivesse "fora das dobras do manto da Igreja". Fazendo analogia com o movimento das cruzadas da Idade Média, a Igreja convocava os fiéis a este novo empreendimento cujos processos eram, também, segundo sua argumentação, tão diabólicos quanto aqueles empregados pelo inimigo: "mais diabólicas e difíceis de vencer. É mister arrancar de novo o Santo Sepulcro das mãos dos infiéis. Com diferença de que hoje, o Santo Sepulcro é o coração corrompido do homem moderno e os infiéis estão acampados em plena cristandade. A Ação Católica é a cruzada específica no meio da civilização"⁷⁹).

A Igreja reflete sua preocupação nos anúncios publicados pela revista *A Ordem*, que procurava demonstrar o bom relacionamento entre a Igreja e líderes políticos europeus: era importante mostrar o

(77) Pe. Camilo Torrend, "A crise Actual", *A Ordem*, janeiro 1932, p. 11; acerca da cooptação de jovens na ideologia fascista ver também Elena Hernández Sandoica, *Los Fascismos Europeos*, Buenos Aires, Istmo, 1992.

(78) G. Balandier, *A desordem*, ob. cit.

(79) Alceu Amoroso Lima, Discurso proferido em 04.04.1937, na sessão de instalação da Ação Católica masculina, na Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro, *A Ordem*, outubro 1937, p. 373.

papel político coadjuvante da Igreja junto a Mussolini, Franco e Salazar⁽⁸⁰⁾.

No início da década de 30, o ideário fascista italiano apresentava certas analogias com o paradigma catequético da Igreja. Todavia, o medo da possibilidade do monismo político no modelo fascista, levou a Igreja a apregoar que se o fascismo fosse "fiel à sua missão histórica, poderia figurar na história como o salvador político da civilização cristã". Em 1937, dissipados os temores quanto à relação Igreja/Estado no regime fascista, o discurso retomou a apologia daqueles líderes autoritários, a exacerbação do ideário e a eficácia dos seus conceitos de ordem e autoridade.

O discurso, que reifica o papel do clero no Brasil, perpassa pelos feitos políticos gloriosos dos homens da Igreja em prol da nação e pela teoria de que todo o brasileiro é um "ser político", não importando qual seja sua indumentária: quer vista farda militar, trajes civis ou sotaina eclesiástica. Este discurso dirime qualquer dúvida quanto à inserção política dos sacerdotes no novo regime, afirmando que estes podem e devem orientar os católicos nas reivindicações e garantias de seus direitos. A visão tomista de educar e ensinar é bem compreendida por esses intelectuais que, ao assumirem postos decisórios, vão empreender verdadeiras campanhas doutrinárias, objetivando formar uma mentalidade coletiva segundo a qual a obediência e a fidelidade ao poder instituído é a base da coesão social. Educar o povo, dentro da visão de mundo da elite dominante, era torná-lo maleável e submisso. Para o Estado, fabricar corpos dóceis⁽⁸¹⁾, que acatassem a visão de mundo, imposta por seus intelectuais orgânicos, significava barrar a irradiação da ideologia comunista, que soerguia e vitalizava o operariado, acenando com possibilidades de direitos até então sequer questionados. A importância de os cargos públicos estarem em mãos destes intelectuais confiáveis, levava a Igreja a denunciar que a Inten-tona Comunista de 1935 só ocorreu, porque os principais postos decisórios do Estado repousavam nas mãos dos que tramavam a ruína da nação. Nesta linha, os comunistas ter-se-iam apossado de postos estratégicos minando, desta forma, a força do Estado: "cátedras das escolas

⁽⁸⁰⁾ Sobre o tema *vide* notícias sobre outros países na revista *A Ordem*, secção "Registros", maio 1931, p. 128.

⁽⁸¹⁾ Ver Foucault, *Vigiar e Punir*, SP, Vozes, 1986.

secundárias e superiores, altos postos da administração, as fileiras do exercito e da polícia, não para servir ao regimen, mas para estrategicamente, combatel-o e tornar sua ruína" (82).

Assim a Igreja se auto intitulava a salvadora política do Estado, soerguendo moral e politicamente a nação.

Liga Eleitoral Católica, LEC, o sagrado e o profano

A LEC, foi criada com o objetivo de eleger Constituintes⁽⁸³⁾ que assegurassem os 2/3 de votos necessários às reivindicações - programa mínimo - da Igreja Católica na Constituinte de 1934. A LEC estava subordinada à *Ação Católica*, e o objetivo era garantir eleitores católicos e levar ao poder constituintes fiéis aos seus postulados. Não importava que esses fossem católicos praticantes; o essencial era a anuência de uma carta compromisso⁽⁸⁴⁾, em que os mesmos se comprometessem em lutar pelos postulados da Instituição. Esperava-se que estes constituintes, ao assinarem as cartas, cumprissem com o seu conteúdo. A lógica que permeava esta estratégia de cooptação é explicitada de forma contundente, em 1934, pelo porta-voz da Curia Metropolitana de Olinda e Recife: "há em Pernambuco 102 paróquias, em cada paróquia um mínimo de 10 pessoas. Ora 102 paróquias com 10 desses eleitores em cada uma, formam um total de 1.020 votos em Pernambuco, o quasi bastante para eleger-se em outubro próximo um deputado estadual"⁽⁸⁵⁾.

Ao acenar com possibilidades de eleger quem indicasse, a Igreja demonstrava que tinha plena consciência do seu poder de interferência junto aos fiéis e ao Estado. Este comportamento gerou críticas à

(82) **Antonio da Fonte**, *Annaes da Assembléia Legislativa de Pernambuco, Sessão em 07.12.1935*.

(83) **Uma trilogia de artigos de Alceu Amoroso Lima, quando da Constituinte de 1934, na revista *A Ordem*, são elucidativos acerca do ideário político da LEC: "Primeiras Victorias", maio 1934; "Os Perigos da Victoria", julho 1934 e "O Sentido de Nossa Victoria", junho 1934.**

(84) **No jornal *A Tribuna*, Recife, 01.08.1934, p. 1, vem veiculado o modelo da carta compromisso.**

(85) *A Tribuna*, Recife, 27.07.1935, p. 4.

Instituição, no sentido de que a mesma estaria tornando-se "política". Sua resposta era contundente: a LEC afirmava que tinha o dever de orientar doutrinariamente o eleitorado católico para que não fossem eleitos candidatos contrários às suas reivindicações. Afirmava também que, naquelas condições da política brasileira, o clero e os católicos não poderiam cruzar os braços.

Em 1935, a LEC, investiu na ideia da Cruzada contra o comunismo, com objetivos de angariar votos. Afirmava que votar era um direito e uma obrigação para todos os católicos, ressaltando que os "nossos inimigos" pretendiam transformar o Brasil em outra Espanha ou México. Na sua campanha doutrinária, persuadia seus eleitores católicos no sentido de que o compromisso perante a LEC era assumido não para cada eleição, mas para toda a vida. Enfatizava-se que o comunismo ainda não tinha dominado o Estado, graças ao trabalho destes políticos de sotaina, que através da Liga Eleitoral Católica (LEC) evitaram que fosse instaurada no Brasil uma República Socialista, que para a Igreja era uma "tapição da Comunista"⁽⁸⁶⁾.

Interessante observar, que a Igreja recuperou o velho e temeroso discurso que aventava a possibilidade de separatismos no território brasileiro, utilizado no século passado, quando emerge o movimento Regressista, de caráter conservador, em 1837. Naquele momento, liberais se metamorfoseavam em regressistas, porque temiam que idéias separatistas pudessem aparecer como consequência da descentralização advinda com o Ato Constitucional de 1834⁽⁸⁷⁾. Agora o comunismo poderia dividir o país. Recuperam-se mitos que interferem no imaginário coletivo.

O doutrinamento da LEC se faz presente dois meses antes do golpe de novembro de 1937, a imprensa religiosa tentava persuadir a população para que votasse nos nomes indicados pela LEC. Esta deliberava que fosse iniciada uma campanha de propaganda através de

⁽⁸⁶⁾ *A Tribuna, Recife, 16.09.1937, p. 1.*

⁽⁸⁷⁾ "Educação Religiosa", *A Ordem, maio 1931, pp. 257-258. Sobre o movimento Regressista, ver M. das Graças Andrade Ataíde de Almeida, A Guarda Nacional em Pernambuco - a metamorfose de uma instituição, monografia de mestrado. Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco, 1986; Paulo Mercadante, A Consciência Conservadora no Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.*

imprensa, rádio, boletins e conferendas, no sentido de se promover uma união eleitoral dos católicos, a lutarem contra os comunistas, apontados como inimigos da Igreja e veículos de um trabalho satânico para a destruição das forças cristãs.

Esta simbiose entre o político e o religioso pode ser claramente identificada nos discursos, nos rituais litúrgicos e no hino que ilustra o III Congresso Eucarístico Nacional, realizado em setembro de 1939, em Recife, cujo estribilho, gerou polêmica na imprensa por seu caráter nacionalista e excludente:

**"Eis, sus, ó Leão, Leão do Norte!
Ruge ao mar o teu grito de fé!
Creio em ti, Hóstia Santa, até a morte,
Quem não crê, brasileiro não é!"⁽⁸⁸⁾.**

Ao justificar a letra do hino, D. Mario Villas Boas, Arcebispo de Garanhuns lembrava que no Brasil quem não era católico poderia ser considerado materialmente brasileiro, como o eram as árvores e as pedras, todavia seria sempre estrangeiro: "Espiritualmente porém, alienígena será. Brasileiro não é"⁽⁸⁹⁾.

Refutando as críticas ao hino do Congresso, o discurso da igreja traz uma evolução histórica da íntima relação que sempre tinha havido entre a Igreja e o Estado na luta pela libertação da Pátria, recuperando a trajetória do país desde o descobrimento até o golpe de novembro de 1937. Afirmava-se que durante estes séculos, o Brasil jamais desmereceu sua fé. Apelando para o conceito de brasilidade e acionando, várias vezes, a expressão "quem não crê, brasileiro não é", o periódico atribuía poderes nacionalistas à Hóstia Santa que faria de cada filho do Brasil um brasileiro, e de cada brasileiro um cristão. Considerava-se que sem a eucaristia, o Brasil não existiria como tal. Ao nível do ideário coletivo o conceito de cidadania estava ligado ao de catolicismo: daí a afirmação de que "a Hóstia Santa fará de cada filho do Brasil um brasileiro".

⁽⁸⁸⁾ In *Annues do III Congresso Eucharistico Nacional*, ob. cit., p. 5.

⁽⁸⁹⁾ D. Mario Villas-boas, discurso proferido no III Congresso Eucarístico nacional, em Recife, in *Annaes do III Congresso Eucharistico Nacional* ob. cit., p. 95.

A Igreja era categórica: sem a participação na eucaristia poderiam os brasileiros ser ricos, poderosos, temidos ou invejados, mas não se tornariam autênticos brasileiros. Na construção da imagem do outro, os bolchevistas são apontados como apátridas. O cerne do discurso era a tradição católica, que sempre esteve presente nas lutas libertárias. No pacto da Igreja e do Estado, só havia espaço para aqueles que professassem o catolicismo. O simbolismo católico - eucaristia, adoração ao santíssimo, crucifixo nos locais públicos - transformou-se num imprescindível instrumento de divulgação do paradigma catequético. Sob esta ótica, as outras crenças não tinham o direito de compartilhar dos mesmos direitos sob a acusação de serem heréticas. A liturgia eucarística que prega a união dos fiéis, transformou-se na bandeira do Congresso da pseudo-igualdade das classes. A fala de Frei Sebastián Tausin no evento, imbuída da filosofia tomista, descrevia esta pseudo-união social realizada em torno da mesa eucarística. O Jesuíta trazia à baila o sistema capitalista, enfatizando as diferenças entre as classes, todavia acenando com a solução advinda da reunião em torno da mesa eucarística: "lá fora o capitalista viaja no seu carro luxuoso e o pobre vai a pé ou em bonde de segunda classe, os lorés de Pernambuco. Aqui ambos vêm comungar um ao lado do outro. No momento de receber a eucaristia todos se unem. Irmanam-se ricos e pobres na mesma refeição espiritual"⁹⁰).

A idéia de consenso social transformou-se em bandeira tanto do Estado como da Igreja: o Estado Novo, que tem sua base no Estado protetor, intervinha e esvaziava a resistência da emergente classe trabalhadora, utilizando-se do discurso da Igreja Católica, que veiculava a paz através do ritual da missa e da eucaristia. Desta forma, concretizava-se a instrumentalidade do simbolismo religioso.

O uso do simbolismo católico junto às massas, no sentido de cooptá-las para a nova ordem instaurada, evidencia-se na descrição da procissão fluvial e da comunhão dos homens. Todos os dois eventos são realizados à noite, dando-se ênfase à iluminação com fogos de artifícios, sensibilizando e levando seus participantes a um compromisso de vida e morte em defesa da religião e da pátria. Significativo o

(90) F. Sebastián Tausin, **Discurso proferido no III Congresso Eucarístico Nacional, Recife, 1939**, in *Anúncios do III Congresso Eucarístico Nacional* *oh. cit.*, p. 177.

juramento feito pelos dezoito mil participantes da comunhão dos homens no sentido de entregarem suas vidas, derramarem seu sangue, se necessário fosse para defender a terra do estrangeiro de doutrinas exóticas: o comunista⁽⁹¹⁾.

Arnóbio Tenorio Wanderley, Secretário do Interior em Pernambuco e também representante do laicato, ao discursar no Congresso Eucarístico de 1939, fez uma longa incursão pela Espanha e pelo México, procurando avaliar o gérmen que penetrou em seus sistemas políticos. Acionando signos inerentes ao discurso católico, Tenorio Wanderley convocava a população a uma cruzada contra os comunistas que, segundo ele, haviam expulsado Deus de todas as atividades importantes das nações. Neste sentido sua convocação se reveste de uma retórica religiosa, associando o laicismo à morte, à destruição:

"depois de expulsar a Deus da intelligentzia da sociedade e das leis, chegará o momento de querer expulsar da vida. Será a hora de os cristãos darem o seu testemunho de sangue. O laicismo não é somente estéril, elle é assassino!

Martyres do Mexico e da Espanha, neste momento de dor universal nós precisamos de vós! Do vosso exemplo! Do vosso heroismo! Do vosso sangue" !(92).

O apelo se faz em torno de alguns conceitos típicos do discurso de extrema-direita, que atribuem causas e conseqüências das guerras civis, às atividades e à expansão do comunismo no mundo. Compreensível que Tenorio Wanderley empregue a expressão "dor universal" para caracterizar a ideologia comunista que penetrava em alguns países, ao mesmo tempo em que elevava à condição de mártir os mortos nas Revoluções Mexicana e Espanhola. Assim, o uso da imagem do corpo, inserido na doutrina do Corpo Místico no catolicismo, foi uma retórica presente no discurso do Estado, convocando os cidadãos a oferecerem suas vidas, derramarem seu sangue em expiação pela Pátria⁽⁹³⁾.

⁽⁹¹⁾ In *Annaes do III Congresso Eucharistico Nacional*, ob. cit., p. 273.

⁽⁹²⁾ Arnóbio Tenorio Wanderley, *Discurso proferido no II Congresso Eucarístico Nacional, Recife, 1939*, in *Annaes do III Congresso Eucharistico Nacional* ob. cit., p. 347

⁽⁹³⁾ Alcír Lenharo, *A Sacralização da Política.*, ob. cit., p. 182.

Essa simbiose Igreja/Estado reafirma-se através da fala de D. Sebastião Leme, Primaz da Igreja Católica no Brasil, quando do encerramento dos trabalhos do III Congresso Eucarístico Nacional, marcado estrategicamente, para o dia da Pátria, 7 de setembro de 1939. Pelo discurso perpassam todos os pontos que a Instituição vinha destacando no sentido de concretizar o pacto com o poder público, dentre os quais cabe citar:

- a tese da maioria da população brasileira ser católica, portanto representar o passado e o presente da nação: "agora é a vez do povo brasileiro, a voz de todos os quarenta milhões de consciências! Somos quatro séculos de história cristã do Brasil, somos o passado, o presente e o futuro da gente brasileira"⁽⁹⁴⁾.

- a tese da "Guerra Santa", das novas "Cruzadas" que se levantariam para salvar o Estado das mãos de invasores infiéis: "aliança que nós selaremos se preciso for, com o nosso sangue. Nenhum estrangeiro inimigo do Brasil que aqui viesse tentar romper esta aliança sagrada, teria jamais esperanças de victoria"⁽⁹⁵⁾.

Este discurso cruzadista trazia sempre à baila a expulsão dos holandeses de Pernambuco, no século XVII, e o papel da Igreja junto à população quando os referidos infiéis foram sendo escorraçados, deixando claro que outro levante comunista não terá lugar no Brasil se o Estado estiver de mãos dadas com a Igreja. Seguindo este fio condutor, do papel da Igreja junto ao Estado na expulsão de invasores, D. Leme faz uma analogia entre a epopéia frente aos holandeses e a Guerra Civil Espanhola:

"Se um dia em terras de Pernambuco, o que Deus não permitirá, alevantar-se a onda sanguinária dos salteadores de templos, como na Espanha de ontem e na Rússia de hoje, se um dia inimigos da fé ousarem tentar contra a nossa igreja, e levantar mãos assassinas contra os nossos sacrários, estou bem certo de que se repetirá, renovada, a epopéia dos séculos passados"⁽⁹⁶⁾.

⁽⁹⁴⁾ D. Sebastião de Cintra Leme, Discurso proferido no III Congresso Eucarístico Nacional. Recife, 1939, in *Amines do III Congresso Eucharístico Nacional ob. cit.*, pp. 351-352.

⁽⁹⁵⁾ *Idem.*

⁽⁹⁶⁾ *Ibidem.*

Nestes eventos de caráter nacional, D. Sebastião Leme trabalhava na direção de interferir na construção de um imaginário coletivo, em que os comunistas se assemelhavam a "salteadores de templos, mãos assassinas, inimigos da fé". Interessante observar que as revistas católicas do período reafirmavam tais ideias ao reproduzirem textos, com fotos sobre destruição dos templos e dos utensílios sagrados pelos comunistas da Espanha e do México, tratados como bárbaros. As fotos veiculadas tinham como propósito disseminar a imagem dos comunistas como indivíduos sem escrúpulos, sacrílegos, satânicos. No imaginário da população católica, construído e alimentado por um simbolismo sagrado segundo o qual o sacerdote e a liturgia se confundem com o transcendental, o comunista passava a ser considerado como o indivíduo que tinha relações com forças malignas, com o demónio⁽⁹⁷⁾. Trabalhamos em outro texto esta temática da construção da imagem do comunista pela Igreja, como o "outro" diabolizado⁽⁹⁸⁾.

D. Sebastião Leme prometia também arregimentar seus fiéis escudeiros nesta luta contra estes "inimigos do Brasil", uma vez que estava sendo firmada uma aliança entre a Igreja e a Pátria e ratificada pelas aclamações daquela assembléia, e com a "força de um decreto inapelável do povo brasileiro".

A proposta da Igreja, era portanto de ação, ou seja, sair das sacristias e dos conventos, em busca de poder: "aqui estamos não só para cantar hynnos de amor à Divina Eucharistia, mas para também proclamar na praça pública os direitos inalienáveis de nosso Deus e da Santa Madre Igreja Católica Romana" (").

Na inauguração da estátua/monumento do Cristo Redentor em outubro de 1931 no Rio de Janeiro, D. Leme dirigiu-se a Getúlio Vargas, pressionando o governo a reconhecer a Igreja Católica, caso contrário, esta não reconheceria o Estado. Em 1937, já compartilhando do poder político, a Igreja repetia o ultimato: a comunidade católica

⁽⁹⁷⁾ Raoul Girardet, *Mitos e Mitologias Políticas*, ob. cit.

⁽⁹⁸⁾ Maria das Graças Ataíde Almeida, "Imprensa e anti-semitismo no Brasil: a construção da imagem do outro, do judeu comunista", ob. cit..

(") D. Sebastião de Cintra Leme, Discurso proferido no III Congresso Eucarístico Nacional, Recife, 1939, in *Annaes do III Congresso Eucarístico Nacional* ob. cit., pp. 351-352.

não estava ali reunida unicamente, para rezar e louvar, mas sim, para tornar públicos os direitos "inalienáveis" da Igreja Romana⁽¹⁰⁰⁾.

Nesta campanha cruzadística, o discurso político traz a tradição do catolicismo como a base do discurso. O apelo à tradição católica emerge no culto ao passado religioso, apresentado como hierarquizado, ordeiro, em detrimento de um presente laico, permeado pela desordem. A riqueza deste pronunciamento encontra-se nos matizes do pacto efetuado entre a Igreja e o Estado, que se expressa através da afirmação pelo Estado de que o Brasil não é uma nação sem Deus: "se o laicismo predominou, por vezes, em nossos códigos, não venceu as consciências" ⁽¹⁰¹⁾.

O exemplo dos holandeses retorna sempre contrapondo a figura do estrangeiro ao do herege invasor: "destruindo os templos, as alfaias e os vasos sagrados". Contra este invasor herege, apontado como o que arrebatava a pátria, uniram-se Igreja e Estado para a Guerra Santa. Ficava implícita a ideia de uma luta unida contra as doutrinas exóticas, contra o imigrante estrangeiro, identificado como o imigrante judeu, análogo de comunista. Reafirma-se que "os sacerdotes acompanharam os exércitos, confundindo-se com eles nas trincheiras e na morte, extremado-se com igual zelo na defesa da Igreja e do Brasil. A guerra contra o invasor foi uma Guerra Santa"⁽¹⁰²⁾.

Afirmando que a Igreja Católica não tinha problemas a resolver com o Estado - daí não se fazer necessário cláusula escrita ou concordata para que a jurisdição eclesiástica fosse exercida em sua plenitude - o discurso do governo dirime qualquer dúvida que pudesse pairar entre os dois poderes. A justificativa para este exercício do direito da Instituição em compartilhar em toda a sua plenitude, é dada como uma lei natural inerente à Igreja Católica no Brasil: "os nossos homens de governo trazem do berço, a predestinação christã"⁽¹⁰³⁾.

(i^o) ⁴ *Tribuna*, 10.12.1930, p. 1; ver também Ralph della Cava, "Igreja e Estado no Brasil no Século XX. Sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro", *Estudos CEBRAP*, n^o 12, São Paulo, junho 1975, 1975.

(101) Agamenón Magalhães, Discurso proferido no III Congresso Eucarístico Nacional, Recife, 1939, in *Annaes do III Congresso Eucharistico Nacional*, ob. cit., p. 377.

(102) *Idem*.

(103) *Idem*, *ibidem*.

Assim, a predestinação, um fenômeno transcendental, não pode ser questionada, daí a afirmação do Estado de que "raízes, pois, tão profundas, nem as tempestades, nem as fúrias da natureza, nem os desvarios dos homens poderiam arrancá-las"⁽¹⁰⁴⁾.

Creemos que o Congresso de 1939 selou a nível nacional o acordo entre o Poder político e o Poder religioso no Estado Novo. Ali foram firmadas questões relevantes à configuração da participação da Igreja no espaço político do Estado Novo, onde o catolicismo foi elevado ao estatuto de única fé a ter o "direito" de ser professada no Brasil. Este "direito" era justificado através da construção de uma memória coletiva, onde a Igreja se apresentava como parceira de luta junto ao Estado, na defesa da pátria.

Neste sentido, o Estado se comprometia a reificar a filosofia Tomista, a permitir que a Igreja detivesse o monopólio da educação, e o mais importante para a hierarquia, cooptar o laicato fiel da Igreja para os cargos políticos, de acordo com os valores da Ação Católica.

⁽¹⁰⁴⁾ *Ibidem.*